

A saída democrática

A escalada quase incontrollável dos preços e a manifestação de inconformidade com os salários, além do clima de pessimismo dominante nos estamentos majoritários da sociedade, compõem um quadro com acentuações elevadas de perplexidade. No âmbito da administração federal, instituição bem mais sensível às reivindicações populares do que os agentes da iniciativa privada, alastra-se um movimento grevista sem precedentes, em face da insatisfação com os vencimentos. Com este porte, a crise econômica e seus efeitos colaterais minam os elementos de equilíbrio na ordem social e suscitam uma situação de tal modo turbulenta que põe em suspense toda a sociedade.

Não adianta localizar responsabilidades e responsáveis, desde que os abalos agora agravados são crônicos na vida nacional e se associam a antigas disfunções estruturais. Todavia, já não é mais possível aguardar que as acomodações do terreno social se operem de forma espontânea, mediante o livre jogo das forças socialmente ativas e dos estratos produtivos da economia. É isso porque, conforme a experiência dos últimos anos, consolidou-se uma tendência ao agravamento da situação, fato a exigir um exercício mais rigoroso de controles.

Aos espíritos filiados ao pensamento obscurantista sempre ocorre indicar terapias autoritárias para enfrentar semelhantes conjunturas, com o propósito irrevelado de gerar conflitos ainda mais graves e, por

melo deles, destruir as instituições democráticas. Mas a democracia reinstalada no País há pouco mais de dez dias dispõe dos mecanismos institucionais para debelar situações de crise, sem qualquer risco para os direitos e garantias deferidos ao corpo social da Nação.

É o regime democrático, exatamente por sua capacidade de administrar pacificamente os conflitos na ordem social, aquele que se mostra mais eficaz para dissolver os fermentos de intranquilidade. Está munido de instrumentos operacionais com força suficiente para mobilizar a vontade majoritária da sociedade, canalizá-la na direção das soluções convergentes e transformá-la em aval à superação dos impasses. Ainda agora, sob inspiração desses valores, a força de trabalho e os titulares do capital reúnem-se em busca de um acordo capaz de quebrar a força inercial da inflação e manter o poder aquisitivo dos salários.

Fundamental, porém, é que as lideranças responsáveis deste País tenham plena consciência das circunstâncias extremamente adversas sob as quais se desenvolvem os processos social e econômico. E, mais que isso, atuem com firmeza no sentido de reverter tal quadro de perplexidades. É claro que ao Governo cabe a maior parcela de atuação, embora nos regimes de franquias democráticas nada é viável na inércia das forças sociais e das instituições de organização da opinião pública.